



Anais da Assembléia

Nº 107

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE SETEMBRO DE 1981.

ANO VII

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 99.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1981

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jurandir Messias e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Palácios, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Rosário Pitelli, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Waldyr Pugliesi, Wilson Fortes. (44) achando-se ausentes os Srs. Deputados: Del Ciel, Egon Pudell, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, João Elísio, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Paulo Camargo, Romero Filho, Tadeu Lúcio Machado, Túlio Zanchet, Valduga, Werner Wanderer. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

Mensagem n.º 85/81

Curitiba, 09 de setembro de 1981.

Sr. Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar critérios especiais com vistas à revisão de proventos de funcionários inativos do Estado, disciplinar a incorporação de vantagens a proventos de inatividade, e adotar outras providências em torno da matéria.

Como é do conhecimento dessa augusta Assembléia, aos inativos foram concedidos, ao longo dos últimos 10 (dez) anos, somente os reajustes de vencimentos normais, anualmente, quando idêntico procedimento foi adotado com relação a todo o funcionalismo público do Estado.

As leis que estabeleceram novas estruturas nas carreiras ou quadros de funcionários visaram adequar as atividades aproximando-se o quanto possível das ofertas do mercado de trabalho, e não cogitaram de atualizar o pessoal inativo aos padrões de vencimentos por elas instituídos.

Essa política ocasionou uma certa defasagem entre o rendimento do aposentado e o do funcionário em atividade na mesma categoria, situação que, desde o início da atual gestão, o Governo procura corrigir.

Na lei que instituiu o Plano de Classificação de Cargos, recém implantado, foram consignados, como primeira etapa, alguns benefícios aos aposentados, havendo necessidade, agora, de tentar-se nova medida que os ampare de maneira mais equânime.

Devemos lembrar que a União Federal está adotando o processo de atualização de proventos de aposentadoria pelo vencimento inicial de categoria igual ou assemelhada a do aposentado, quando essa categoria perdeu requisito de igualdade com a atual correlata.

É medida semelhante, consubstanciada no anexo anteprojeto de lei, que vimos propor ao exame e deliberação dessa Casa.

Objetiva-se, com a presente proposição, assegurar ao servidor aposentado a revisão dos seus proventos com base no vencimento inicial da carreira, referência, ou classe correlata, em função da jornada de trabalho de 30 (trinta) horas.

Aos aposentados com proventos calculados sobre vencimentos de cargos em comissão, e atualmente correspondem a cargos de Direção e Assessoramento Superior, pretende-se assegurar revisão de proventos tomando-se por base os vencimentos iniciais dessa categoria, ou seja, os do símbolo DAS-5.

O anteprojeto objetiva, igualmente, ampliar os efeitos das Leis n.º 6.569/74 e 6.593/74, que tratam da gratificação de produtividade, e que não previram, para aposentadorias por invalidez e compulsórias, a inclusão do benefício no cômputo dos proventos. O texto proposto estende o benefício também a tais casos e assegura aos que já se aposentaram a revisão de seus proventos a partir da data em que o requererem.

Contém, ainda, o anteprojeto da lei, dispositivo visando melhor compatibilizar a remuneração dos cargos de Professor Regionalista e Professor sem Habilitação, com a dos integrantes do Quadro Próprio do Magistério.

Com estas medidas, serão beneficiados cerca de 13.200 funcionários, sendo 2.200 professores aposentados antes da vigência do Estatuto do Magistério, 6.000 professores primários regionalistas e sem habilitação ativos e inativos, e 5.000 funcionários inativos da Administração em geral. Fica, assim, evidenciado o cunho social de que a medida se reveste, de acordo com os objetivos a que se propõe o Governo Estadual, na atual Administração.

Certo, portanto, de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA.

Governador do Paraná

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.^o — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, na forma desta lei, a revisão de proventos de inatividade dos funcionários aposentados.

Art. 2.^o — O funcionário aposentado em cargo de carreira que posteriormente tenha sido reestruturada terá seus proventos revistos com base no vencimento correspondente ao nível básico inicial da estrutura de carreira em 1.^o de janeiro de 1982.

§ 1.^o — Se a reestruturação tiver ocorrido com elevação

de jornada de trabalho para quarenta (40) horas semanais, a revisão dos proventos de inatividade far-se-á proporcionalmente à jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, asseguradas as vantagens especificadas no ato de aposentadoria.

§ 2.º — Em qualquer caso, quando tenha havido incorporação de vantagens ao vencimento básico dos funcionários em atividade, deverão ser compensadas as mesmas vantagens, ficando vedada a percepção de vantagem calculada sobre igual vantagem incorporada ao vencimento.

Art. 3.º — Nos casos em que as denominações dos cargos tiverem sofrido modificações, a correlação será apurada em face dos requisitos exigidos pelas respectivas leis que estabeleceram tais modificações.

Art. 4.º — O funcionário aposentado com proventos calculados sobre vencimento de cargo em comissão que posteriormente tenha passado a integrar a simbologia Direção e Assessoramento Superior (DAS), terá seus proventos revistos de acordo com o vencimento do símbolo DAS-5.

Art. 5.º — Fica resguardada ao funcionário já aposentado a melhor retribuição, entre a decorrente desta lei ou a da aplicação do art. 15, da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980.

Art. 6.º — O funcionário aposentado ou que vier a se aposentar compulsoriamente ou por invalidez, beneficiado na atividade pela gratificação de que tratam as Leis n.º 6.569, de 25 de junho de 1974 e 6.593 de 15 de agosto de 1974, terá a referida gratificação incorporada a seus proventos, pelo seu valor integral.

Art. 7.º — Os benefícios decorrentes dos artigos 4.º e 6.º, para os funcionários já aposentados, vigorarão a partir da data em que o requererem, com base nesta lei.

Art. 8.º — Os vencimentos dos cargos de Professor, da Parte Suplementar do Quadro Único do Poder Executivo, a que se referem os incisos do art. 34, da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, passam a ser fixados na forma seguinte:

- I - os dos incisos I e II, em valor correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do vencimento de Professor PA-1.
- II - Os dos incisos III e IV, em valor correspondente a 85% (oitenta e cinco por cento) do vencimento do Professor PA-1.

Art. 9.º — Ressalvado o disposto no artigo 7.º, os efeitos financeiros decorrentes da aplicação do disposto nesta lei serão devidos a partir do dia 1.º de janeiro de 1982.

Art. 10 — Revogam-se as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Ofício:

Ofício n.º 91/81

Curitiba, em 15 de setembro de 1981.

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, vem, com o devido acatamento, indicar os Deputados Gernote Kirinus, Fidelcino Tolentino e José Tavares, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará problemas do Delegado de Santa Helena - Pr.

Sendo o que se apresenta na oportunidade, manifesto Cordiais saudações.

(a) NELTON FRIEDRICH

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Major

HILTON CARLOS CORREIA, pertencente a tradicional família castrense.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1981.

(a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Capitão ATAÍDE CORREA BUENO, ocorrido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1981.

(a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Presidente da AÇÃO SOCIAL DE JUNDIAÍ DO SUL - PR., votos de profundo pesar pelo falecimento do pároco Pe. LUCIANO MARIA USAI.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1981.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se prende ao fato de que o Pe. LUCIANO MARIA USAI foi um pároco que prestou grande ação social às famílias mais carentes de Jundiaí do Sul.

Com seu falecimento, a cidade perde um eminente pároco, homem honesto, dedicado aos menos favorecidos pela sorte.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, usando de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário o encaminhamento de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Ney Braga, e ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Nivaldo Almeida Neto, encarecendo a urgente necessidade no início das obras de pavimentação, ligando o Distrito de Tamarana à rodovia Londrina-Mauá (PR-445), de aproximadamente 8 km.

Tal obra é uma reivindicação antiga daquele distrito e de há muito vem sendo protelada.

Outrossim, é público e notório que o Estado investirá mais de um bilhão de cruzeiros na região metropolitana de Curitiba, na pavimentação de 168 km. Desse total, dois terços dos recursos serão a fundo perdido, através da EBTU e do próprio Estado.

Como o trecho reivindicado é de apenas 8 km, atendendo uma região de alta produtividade agrícola, é que aguardamos uma pronta ação por parte do Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1981.

(aa) FIORI LUIZ e
JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, usando das suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Ney Braga, indagando o seguinte:

1. quando serão iniciadas as obras de construção de escolas de PRIMEIRO GRAU nos conjuntos Panissa, Ernani Moura Lima e outros, no Município de Londrina, onde centenas de crianças estão sem estudar, pois os pais não dispõem de recursos para des-

loquem seus filhos para outras escolas em virtude da distância?

2. A Secretaria de Educação de Londrina recebeu ofício do Governo do Estado, sugerindo que o município encampe as escolas de 1.º grau da Zona Rural, em número de dez. Nessas escolas, a municipalidade arca com as despesas com as professoras, ficando apenas a administração a cargo do Estado. Caso o município assumira as escolas da rede estadual, quais seriam os benefícios? O Estado ajudaria como?

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1981.

(aa) JOSÉ TAVARES e
FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Ney Braga, Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando informações sobre as escolas de 1.º grau da rede estadual de Cambé, onde o Prefeito Jehovah Almeida Gomes foi obrigado a municipalizar a maioria das escolas de 1.º grau devido ao estado de abandono em que se encontravam.

A Prefeitura de Cambé onerou o orçamento municipal, aumentando as despesas com Educação para trinta por cento da Receita. Das 53 escolas da rede estadual, 45 são controladas pelo município. As crianças, em muitas dessas escolas, não tinham nem onde sentar. Os alunos punham latas no lugar onde deveria haver bancos.

Segundo o Prefeito Jehovah Gomes, não houve apenas descuido do Estado e que isso ocorre em Cambé porque o Prefeito é da Oposição.

Diante de tais fatos, que envolvem a administração estadual, é que solicitamos explicações.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1981.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerogativas legais, REQUER, após ouvido o Plenário, que o Projeto de Lei n.º 81/80, tenha a sua votação nominal.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, digníssimo Governador do Estado, apelando no sentido de conceder um auxílio de Cr\$... 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) ao Hospital de Caridade de Palmeira, dando condições a que sua diretoria possa concretizar a obra de sua ampliação e aquisição do mobiliário necessário ao seu funcionamento.

Justifica-se o presente apelo pelo fato de tratar-se de uma entidade hospitalar de caráter filantrópico, que vem prestando relevantes serviços ao longo da sua existência, à comunidade palmeirense e circunvizinhas, especialmente a indigentes e carentes, vivendo, por isso mesmo, em condições precárias de funcionamento, por falta de recursos, sobrevivendo por graça e obras de pessoas abnegadas, como a sua diretoria, que presta seus serviços sem qualquer retribuição pecuniária.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1981.

(a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja convocado o Senhor Secretário de Estado da Educação, para comparecer na Comissão de Instrução Pública desta Casa, no próximo dia 22 do corrente, às 17:00 horas.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, solicita a essa douta Comissão Executiva, designação de data para entrega do Título de Cidadania outorgado ao Excelentíssimo Senhor Desembargador CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO, pela Lei n.º 7.255, de 27 de novembro de 1979, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 685, de 29 de dezembro daquele mesmo ano, pois até o presente momento, aguarda-se a oportunidade para que seja marcada a Sessão Solene para que o homenageado venha receber a honraria que lhe foi conferida em razão de projeto de lei de autoria do signatário do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1981.

(a) JURANDIR MESSIAS.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 95/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE BENEFICENTE CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMBARÁ.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ressalvadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente Casa de Misericórdia de Cambará, com sede e foro na Cidade de Cambará, tem por objetivo ministrar a assistência médica gratuita aos indigentes, desenvolver o serviço hospitalar dentro das modernas condições higiênicas, promover atendimento médico e farmacêutico para prover as necessidades dos indigentes, recebendo doentes em quartos particulares, mediante contribuição prévia, dando-se preferência aos sócios.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conforme foi noticiado na sessão de ontem pelo Deputado Ivan D'Ávila da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, ocorreu ontem a inauguração da exposição sobre a Bíblia, com a presença de autoridades e numeroso público.

Neste mês de setembro está sendo celebrado pela Arquidiocese de Curitiba, o "Mês da Bíblia". Nada tão valioso como esse acontecimento, pois, sem dúvida, a grandeza do conteúdo faz, da Bíblia, um livro singular. Penso que, com a mesma ênfase e entusiasmo que se comemoram tantas outras datas de importantes significados em nossa Pátria, os dias ou os meses dedicados à Bíblia deveriam ser reverenciados com muito mais interesse, por todas as entidades religiosas, com o objetivo de propagar e incentivar a sua leitura.

Ao longo dos séculos, Deus usou homens, inspirando-os

para, através da Bíblia, revelar os seus planos e apresentar soluções para todos os problemas da convivência humana. Felizmente já vivemos em uma época em que as edições bíblicas têm se sucedido em ritmo acelerado, pois ela tem penetrado mesmo nos países onde não há tradições cristãs como no caso do Japão, onde somente em 1980 foram vendidas 1.300.000 exemplares das Escrituras Sagradas.

Extraordinário dia, em que, todos os Homens, sem distinção de raça, cultura ou condição social, concluísem que, a Bíblia é o único livro que contém as verdadeiras e sábias lições para a vida, e que, neste mundo em crescente agitação, onde a miséria tem levado muitos homens ao isolamento, no desespero e muitas vezes ao suicídio, a Bíblia traz o fio condutor capaz de soerguê-lo, revigorá-lo, tornando-o, como cita o Profeta David, no Livro de Salmos, "árvore plantada junto a correntes de águas, cujos frutos nascem no seu tempo e cujas folhas jamais murcham".

Na oportunidade, queremos enaltecer a Diocese principal desta cidade que, durante este mês preparou vários estudos para uma maior reflexão sobre os ensinamentos sagrados, conscientizando aos participantes, a prática diária de sua leitura, objetivando ser a Bíblia o Livro dos livros, o único contexto que apresenta soluções para todos os problemas espirituais e um verdadeiro guia dos nossos passos, em busca da paz e da felicidade!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

() SR. PRESIDENTE (João Mansur) -- Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

() SR. ERONDY SILVÉRIO Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Considerando-se a importância da energia elétrica para a qualidade de vida de uma população, muito representa para o Paraná o marco de um milhão de ligações atingido pela COPEL no final do mês de julho próximo passado.

Num ato singelo, o Presidente da COPEL, Engenheiro Paulo Procopiak de Aguiar, efetuou pessoalmente a milionésima ligação, numa residência humilde, simbolizando o sentido social da ação do Governo Ney Braga.

As ligações da COPEL hoje já atendem, direta e indiretamente, nas cidades e no meio rural, ao considerável contingente populacional do Paraná, proporcionando-lhe a melhoria crescente das condições de vida e energia para as atividades produtivas - industriais, comerciais e outras - criando empregos e, pois, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do Estado.

A conquista de um milhão de ligações resultou de grande esforço da COPEL. Houve, na verdade, uma extraordinária expansão daquela empresa na última década, refletindo-se diretamente no mercado paranaense de energia elétrica, o qual apresentou um dos mais acelerados crescimentos do País.

Este notável marco demonstra como é crescente o número de pessoas diretamente beneficiadas pelo acesso ao bem-estar e ao conforto propiciado pela eletricidade.

Observe-se, em particular, que atualmente 82% dos domicílios das áreas urbanas do Paraná já são servidos de eletricidade, contra cerca de 65% em 1970.

Como a disponibilidade de energia elétrica é fator preponderante do desenvolvimento, o Paraná conta, hoje, com condições de vida e com uma potencialidade econômica muito melhores do que há poucos anos atrás, o que já vem permitindo o surgimento e a expansão de importantes pólos industriais nas diversas regiões do Estado.

Assim, ao contrário do passado não muito distante,

quando a falta de energia elétrica se constituía em entrave ao desenvolvimento estadual, agora a sua farta disponibilidade atua como poderoso estímulo ao progresso.

O importante é que esse desenvolvimento tem sido dos mais harmoniosos, produzindo benefícios diretos aos habitantes de todas as regiões do Estado.

Frise-se, ainda, a preocupação crescente em atender as populações rurais e as urbanas de baixa renda, facilitando seu acesso direto ao benefício da eletricidade e garantindo adequada oferta de empregos.

Resultados de tão profundo alcance são obtidos graças a um amplo trabalho que se realiza com vistas à melhoria das condições de vida da população, mediante maior oferta dos serviços básicos às pessoas mais carentes, conforme preconizado pelo Plano do Governo Ney Braga.

As diretrizes da política estadual, voltadas ao aumento da renda real pessoal e ao incremento e à difusão espacial do bem-estar, orientam a ação da COPEL para o objetivo maior de atender às efetivas necessidades do homem que vive no Paraná.

Norteados por esses elevados propósitos, a COPEL também vem dando mostras de crescente eficiência. Como empresa integrada, tem se responsabilizado pela geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, conseguindo investir nesses três setores de forma a que se complementem adequadamente.

A Usina "Governador Munhoz da Rocha", recentemente inaugurada, é um exemplo muito significativo da capacidade de realização da COPEL, quintuplicando sua capacidade de geração de energia elétrica. Paralelamente, a concessionária paranaense vem ampliando os sistemas de transmissão e distribuição de eletricidade para assegurar atendimento adequado às diversas categorias de consumidores.

Ao chegar à milionésima ligação a COPEL certamente vence mais uma importante etapa de sua existência e consolida sua destacada posição entre as principais empresas do setor elétrico brasileiro.

Registrarmos o atingimento do marco de um milhão de ligações de energia elétrica pela COPEL com o entusiasmo de quem acredita nos excelentes frutos do trabalho daquela empresa, confiando na continuidade dessa profícua ação em prol do desenvolvimento do Paraná e da melhoria das condições de vida da gente brasileira que vive e trabalha no Estado.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) -- Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para quem ouviu ontem no repórter Globo, a entrevista do Ministro da Justiça Abi-Ackel, naturalmente pode constatar a exata dimensão da mediocridade dos homens que estão no Governo deste País.

Não só a mediocridade, mas também o que se pode perceber, a má-fé e o desrespeito com que agem para com o povo brasileiro, o desrespeito com que tratam os assuntos mais sérios deste País e como complicam as coisas mais simples.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, prorrogaram-se as eleições municipais sob alegação de que deveríamos fazer para simplificar eleições gerais numa só oportunidade.

Agora os homens que estão no poder e até zombando da classe política deste País, daqueles que vão ao encontro dos eleitores, não só dos partidos de oposição, mas também dos partidos da Situação, conclamam-os para cumprir o seu dever cívico, escolher os melhores homens para comporem os Paramentos, as Câmaras Municipais, as Prefeituras, os Governos dos Estados; vemos, por outro lado, aqueles que estão no Governo Federal, distantes do povo, lá sentados comodamente sem necessitarem do voto do povo porque são biônicos. Então ficam a

complicar a vida dos homens que querem chegar e alcançar o Poder através do sufrágio direto, universal e secreto.

É de estarrecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvir um Ministro da Justiça - que para nós é surpresa, porque ele representa um regime autoritário e um sistema que está infelicitando este País e causando a desordem, um mal-estar, em todos os segmentos da sociedade brasileira, dizer à Nação - que as eleições precisam ser feitas agora em dois turnos, porque é impossível realizarem-se de uma só vez, mesmo porque dada a natureza das eleições municipais, a tradição que impera no nosso Brasil desde a formação dos municípios como célula primeira da Nação, que não se conforma com as demais esferas do País, seja Federal ou Estadual. Por isto que as eleições municipais não poderão se realizar na mesma oportunidade.

Este argumento entretanto que defendíamos para que as eleições de 78 se realizassem, porque entendíamos que as teses municipais, evidentemente são restritas ao âmbito do município, enquanto que as teses nos níveis estaduais e federais são mais amplas, então entenderíamos que poderia haver até um conflito de pensamentos e reinar a confusão no seio dos eleitores, dificultando mesmo o processo de eleição hoje se casuisticamente utilizados pelo Poder.

Agora, para dificultar a situação, para criar mais um casuísmo e demonstrar que o que serve para o povo não serve para eles e se não serve para eles não serve para o povo.

Como de outra parte, a criação das sublegendas; que a nosso ver é a falência dos partidos políticos. Porque vai criar dentro dos próprios partidos políticos, a excrescência e o conflito entre os diversos companheiros de uma mesma agremiação.

Então eu não vejo porque venha se dizer que a sublegenda no momento é necessária para acomodar, dentro de um mesmo partido político, as diversas correntes, fora. Se existem correntes diferentes, de opiniões, de pensamento, correntes ideologicamente diferentes, essas têm condições de formar outros partidos. Mas acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o que o Governo não quer é ver os seus seguidores fora da sua agremiação política. E aqueles que estão na sua agremiação política, por certo não querem ficar fora da sombra do poder, para não perder as benesses do poder, e as facilidades, para sua eleição.

Então, Sr. Presidente, fica o meu desalento, quanto à realização séria de uma eleição em 1982. E eu quero dizer aqui em alto e bom som, que mais uma vez, deixo de acreditar nas palavras do Sr. João Baptista Figueiredo, porque não adianta ele proclamar que vai haver eleições em 1982; nós não queremos só eleições; nós queremos eleições sérias, presidida por um Presidente correto, que respeite a sua palavra e cumpra aquilo que diz.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Encerrada a Hora do Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“As médias e pequenas empresas do Paraná estão enfrentando momentos de terríveis dificuldades, em função das multas, juros e correção monetária, incidentes sobre o ICM.

No ano passado, nós enviamos requerimento ao Sr. Governador e ao Secretário de Estado das Finanças, Edson Neves Guimarães, colocando no referido requerimento, a preocupação dos empresários das médias e pequenas empresas do nosso Estado. E solicitando o amparo do nosso Governo, encarecendo a adoção de medidas urgentes para evitar a falência dessas empresas que estão em débito com o Fisco e cujas dívidas acrescidas de juros, multas e correção monetária, acabam duplicando e

até triplicando a dívida.

E solicitamos então uma espécie de anistia, principalmente para as multas e correção monetárias, que incidem nos parcelamentos do ICM contabilizados na Dívida Ativa do Estado.

Com o requerimento do dia 21 de agosto de 1980, que esta Casa de Leis apreciou e aprovou. E nós colocávamos, naquela oportunidade, que: “levantamentos realizados em algumas cidades do Norte do Paraná, nós pudemos constatar que as execuções fiscais atingiam realmente níveis insuportáveis. Somente em Londrina, um levantamento realizado, temos hoje em execuções fiscais, naquele município, um total de um bilhão de cruzeiros.

Mas, desse um bilhão de cruzeiros, trezentos milhões de impostos de ICM não recolhido e setecentos milhões de juros, multas e correção monetária. Acrescente-se a isso a cobrança judicial, com dez por cento de honorários.

E sempre que uma ação chega ao Foro de Londrina, bancos oficiais cortam o crédito de pequenos comerciantes, trazendo uma situação insustentável, o que acaba gerando novos desempregos.

Pequenas e médias empresas paranaenses, estão efetivamente sufocadas. Então, entendemos que não é justo que o Estado deixe de zelar pela participação e desenvolvimento de suas empresas.

E hoje, com satisfação, ao conversarmos com o Presidente da Associação do Comércio Varejista de Londrina, Presidente da Federação, enfim, com homens ligados a esta causa, a esta luta, pudemos sentir, pelo contato que eles tiveram esta manhã, que o Governador, sensibilizado por esses apelos, entende que é hora de solucionar o problema do ICM recolhido das pequenas e médias empresas.

Então, me parece que essas empresas poderão atualizar-se, recolhendo o ICM sem as multas e sem a correção monetária.

São caminhos que o Governo procura encontrar. Porque, eu entendo que esse é dos problemas mais sérios que o Paraná enfrenta. E nesta hora, devemos usar todas as nossas forças políticas, no sentido de buscar caminhos para a solução desse problema.

Outra coisa que as pequenas e médias empresas reclamam, é que quando elas buscam bancos oficiais, ou não oficiais, com linha de empréstimo para saldar essas dívidas, os estabelecimentos bancários exigem, em troca, o capital de giro e não uma hipoteca simples do imóvel.

Em Londrina, tivemos o exemplo da Empresa Canita, de metalurgia, que teve que fechar as portas, porque não tinha meios de saldar e de acompanhar a correção monetária incidente sobre o ICM em atraso. Fechou as portas, gerando 100 desempregos.

Em Arapongas, em 6 meses, 8 pequenas empresas fecharam as portas.

Em Apucarana, segundo o Deputado José Domingos Scarpelini, que realizou um levantamento das execuções fiscais daquele município, somente este ano, 10 pequenas empresas fecharam as portas, gerando aproximadamente 270 desempregados.

O Deputado José Tavares, a exemplo deste Deputado, também teve centenas de contatos em Londrina, a semana passada. Inclusive, junto ao Foro local, buscando informações corretas, com relação ao volume de execuções fiscais.

E tanto o Deputado José Tavares, como este que usa a tribuna, ficamos realmente impressionados. Se o Governo do Estado do Paraná não se sensibilizar, e me parece que após o encontro desta manhã o Sr. Governador passa a se sensibilizar com esse problema cruciante, podemos encontrar, realmente, um caminho para a solução.

E o Presidente da Federação do Comércio Varejista do

Estado do Paraná e o Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Londrina, estiveram nesta Casa, entregando em mãos ao Presidente desta Assembléia, Deputado João Mansur, uma cópia do ofício que eles enviaram e entregaram em mãos, hoje, ao Excelentíssimo Sr. Governador Ney Aminthas de Barros Braga; nós passaremos a ler agora então, por deferência do Deputado João Mansur, que nos facilitou inclusive que tirássemos uma cópia porque, entendemos, e entende o Presidente João Mansur, que o problema deva ser levantado em comum acordo por toda a classe política, no sentido de salvar as pequenas e médias empresas do Paraná.

Ofício entregue esta manhã, ao Governador Ney Braga.

(Lê):

“Ofício n.º 280/81/SG/PRES

Curitiba, 14 de setembro de 1981.

Excelentíssimo Senhor Governador:

A Federação do Comércio Varejista do Paraná, representando vinte e cinco (25) entidades sindicais e ela filiadas e acolhendo proposta originária do Sindicato do Comércio Varejista de Londrina, permite-se, respeitosamente, vir à presença de Vossa Excelência para expor e, ao final, pleitear o que se segue:

1. Os quadros do empresariado do comércio paranaense, que abrigam, nessa área econômica, o maior contingente de mão-de-obra na realidade urbana no Paraná, vêm sofrendo, fortemente, as vicissitudes conseqüentes do difícil perfil conjuntural por que todos vimos passando.

2. Entendem, todavia, que sua colaboração em termos I.C.M. para com os cofres do poder público estadual se constitui num imperativo que envolve, inclusive, a própria dinâmica do desenvolvimento de nossa economia em geral. Dentro dessa ordem de postulados, sabe - perfeitamente - que suas obrigações hão de ser, necessariamente, honradas, a fim de que o fenômeno administrativo e de nossa economia não venham a sofrer quaisquer interrupções.

Ao Excelentíssimo Senhor

General Ney Aminthas de Barros Braga

Digníssimo Governador do Estado do Paraná

N/CAPITAL

NBN/efo

3. Vossa Excelência sabe, todavia, que os comerciantes estão preocupados em atualizar seus débitos para com o Estado, enfrentando, contudo, os percalços do momento que nos caracteriza e que vem sendo marcado por uma forte retração nas vendas. A queda no giro da comercialização, aliás, tem sido um dos fenômenos mais graves com vistas ao fechamento de numeroso contingente de empresas, mormente, as do comércio varejista, em regra, a micro, pequena e média estrutura empresarial, genuinamente paranaense.

4. As dificuldades e tropeços são de tal ordem que se pode afirmar, com segurança, que a categoria dos comerciantes se encontra, praticamente desprevenida para atualizar o pagamento do I.C.M., principalmente em face do montante atual da dívida, acrescida de correção monetária, juros e multa.

5. Pesquisa e tomadas de contatos que vimos fazendo não somente em Londrina, mas em várias regiões do comércio paranaense têm nos levado à conclusão de que, ao pagar o montante da dívida, o comerciante varejista - em regra - não encontraria opção a não ser encerrar, definitivamente, suas atividades comerciais. Ora, essa linha de perspectivas preocupa-nos, profundamente, considerando-se uma queda acentuada no número das empresas que prestam serviços através da distribuição da produção econômica. Ao lado disso, é fácil prever que o fenômeno do desemprego haveria de agudizar-se ainda mais, atingindo o nível de consumo interno e, por linha de conseqüência, até mesmo a própria arrecadação do I.C.M.

Diante dessas colocações e, principalmente da alta visão que Vossa Excelência tem desse problema que atinge dura-

mente o empresariado varejista do Paraná, com o devido respeito, solicitar a Vossa Excelência

que determine estudo

relativo à possibilidade de exclusão de multa e dos juros de mora e correção monetária incidentes sobre o valor do ICM das empresas em débito para com o Estado, ao mesmo tempo em que formulamos sugestão no sentido de que a dívida principal seja paga, parceladamente, através de financiamento por intermédio do Banco do Estado do Paraná S.A. a curto prazo.

As reivindicações que levamos a Vossa Excelência resultam - Senhor Governador Ney Braga -

da preocupação dos companheiros e, principalmente, diante do desenho de dificuldades por que passa o setor terciário de nossa economia, diante das duras provas a que está sendo submetido.

A visão esclarecida de Vossa Excelência, na possível adoção das medidas que estamos levando à douda consideração do eminente Senhor Governador, seria a fórmula para que se vencesse o crucial, difícil e até dramático momento econômico-financeiro pelo qual passam as empresas varejistas do Paraná.

Com expressões de elevada e distinguida consideração, somos, respeitosamente.

GEORGE CHRISTÓFIS

Presidente da Federação do

Comércio Varejista do Estado do Paraná

ANTONIO FRANCO

Presidente do Sindicato

Comércio

Este ofício foi entregue

Presidente desta Casa, Deputado João

em determinados pronunciamentos, ácidos nas discussões desta tribuna, com relação a comportamentos do Sr. Governador do Estado, entendemos que mesmo como Deputado da Oposição, nós temos que entender, acatar e aplaudir quando o Governo do Estado parte para medidas que possam solucionar problemas cruciais, principalmente dos juros, multas e correção monetária incidentes sobre o ICM não recolhido.

Se esses empresários conseguiram mobilizar e sensibilizar o Secretário das Finanças e o Governador Ney Braga, só esperamos que na verdade, o Sr. Governador do Estado atenda essas justas reivindicações de todo pequeno comércio do Paraná e o Deputado Waldyr Pugliesi, Presidente do PMDB do Paraná, também nos dizia do problema que Arapongas está enfrentando, onde 8 pequenas empresas fecharam as portas em apenas 6 meses, e Deputados também da oposição tivemos contatos também trazendo a esta tribuna a preocupação que hoje é de todos os partidos políticos e de toda a comunidade de todo o Governo, de toda a população porque a medida que a empresa se encontra no fundo do poço, sob uma probabilidade de pagar juros, multas e correção monetária que se torna uma bola de neve, ela é obrigada a fechar as portas e conseqüentemente vai aumentar o índice de desemprego. Isso nós temos observado no Norte do Paraná, apenas neste ano, 36 pequenas empresas que fecharam suas portas, gerando mais de 1.200 desempregados.

Então entendemos que esta luta de todos nós deveria encontrar ressonância por parte do Governo e por parte também do Sr. Secretário de Estado das Finanças, Edson Neves Guimarães que nos respondeu o primeiro requerimento passado, com data de 17 de novembro, onde ele colocava nuns dos tópicos o seguinte:

“Cumprе salientar também que as anistias de multa são em tese sempre condenadas pelo fato de virem a favorecer os contribuintes inadimplentes em detrimento daquele pontual com suas obrigações perante o fisco. Cabe ressaltar ainda - segundo o ofício do Secretário Edson Neves Guimarães - que as

entidades de classe tem manifestado reiteradamente, posição contrária às anistias que última análise enfraquece a rigidez legal relativa ao cumprimento das obrigações tributárias, principalmente nos casos de concessões repetidas com o que agora se pretende.

Acresce notar que a anistia nos casos de créditos tributários oriundos de impostos indiretos como ICM não tem oportunidade, com efeito, esse tributo é recolhido, regra geral pelo vendedor, mas pago efetivamente pelo comprador, esse, ao pagar o valor do produto adquirido paga igualmente a quantia do tributo, incorporado que está o referido preço praticado.

Dessa circunstância conclui-se que a anistia viria premiar a retenção ilícita do imposto pago pela comunidade carente de obras e de serviços públicos para os quais é fundamental a Receita derivada do ICM.

E continua o Secretário de Estado das Finanças: - por outro lado, o benefício como o sugerido, apenas visando alcançar médios e pequenos contribuintes, esbarra no princípio da igualdade, inscrito no parágrafo 1.º, artigo 153 da Constituição da República.

Finalmente, cumpre esclarecer que a concessão da anistia e remissão de cargos tributários, na forma do disposto na Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975, depende da prévia celebração de convênio entre todas as unidades federais.

A resposta que recebemos do Sr. Secretário Edson Guimarães, da Secretaria de Estado das Finanças.

Ocorre que, em contato que tivemos com dezenas e dezenas de pequenos empresários, se hoje eles enfrentam este problema de volume de juros, de multas e correção monetária, efetivamente não é por malandragem, porque estão inseridos dentro de um contexto nacional, de asfixiamento da pequena e média empresa paranaense. Em função disto é que vimos mais uma vez usar este Grande Expediente, para reforçar esta tese que não é deste Deputado, que não é de uma bancada, que não é de outra bancada, mas indistintamente de todas as bancadas com assento nesta Casa. E agradecendo ao Presidente João Mansur, pois foi o mesmo que recebeu das mãos dos empresários e do Presidente da Federação, esta cópia.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Pois não. Com satisfação concedo o aparte ao Deputado Darcy Deitos que também em Campo Mourão deve sentir tão crucial é o problema que estamos abordando.

O Sr. Darcy Deitos — Nobre Deputado Fiori Luiz, quero cumprimentá-lo pelo posicionamento que Vossa Excelência tem assumido com referência à solicitação junto ao Governo Estadual para que haja uma anistia fiscal. Sou de uma região do Vale do Piquiri e Ivaí, onde senti nos últimos dias que lá estive, uma grande preocupação do empresariado. Só de dívida ativa deve ter, na minha região, de quase duzentos milhões de cruzeiros, fora os encargos de multa, correção monetária e juros. A bandeira que Vossa Excelência desfraldou nesta solicitação, também gostaria que Vossa Excelência me permitisse, que me integrasse a ela porque, sem dúvida alguma, seria de grande benefício numa hora crucial, quando a economia do Paraná, que é o reflexo da economia brasileira, passa por momentos horríveis onde o empresariado chega - o médio e o pequeno - à beira do desespero.

Parabanzo Vossa Excelência por este posicionamento e espero que continue esta luta, que continue reivindicando e que os homens do Governo do Paraná se sensibilizem e dêem esta anistia; porque se o Governo está aí, em determinados municípios, jogando até "dinheiro pela janela", através desta Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, através do Sr.

Saul Raiz, para promovê-lo politicamente, fazendo dele, de um ilustre desconhecido de âmbito estadual, a pretensão ou um dos candidatos na sublegenda ao Governo Estadual pelo PDS. Verbas que vão ser aplicadas com o intuito essencialmente eleitoreiro. Porque uma medida destas, que vai socorrer as pequenas e médias empresas, que estão à beira da falência, onde, se medidas como estas não forem tomadas, sem dúvida alguma o desemprego irá aumentar dentro deste Estado.

Cumprimento Vossa Excelência e agradeço.

O SR. FIORI LUIZ — Apenas para completar, agradecendo o aparte do Deputado Darcy Deitos, que representa a região de Campo Mourão, apenas um dado: segundo levantamentos de associações comerciais, se até o mês de dezembro deste ano o Governo não conceder a anistia fiscal às médias e pequenas empresas, cinquenta e oito por cento destas empresas fecharão as portas até o final do ano.

Agradeço, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Usarão o horário os nobres Deputados Gernote Kirinus e Trajano Bastos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados
O ARBÍTRIO POLICIAL REVOLTA A
POPULAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ.

Há poucos dias esta Casa aprovou requerimento de autoria do ilustre Deputado Edilson Alencar, do qual fui subscritor juntamente com o Deputado Egon Pudell, solicitando a formação de uma CPI para apurar irregularidades policiais em Santa Helena.

Na verdade, cremos que essa Comissão Parlamentar deverá entrar em ação o quanto antes, pois a população de Santa Helena, no Oeste do Estado, já está cansada do arbítrio, da força e da prepotência a que está sendo submetida, pela autoridade policial lotada naquela Delegacia de Polícia.

As queixas são inúmeras. Os casos que deverão ser arrolados pela CPI servirão de base para um julgamento dos responsáveis, julgamento este que deverá ser tornado público pelas evidências referenciais que estão surgindo naquele município, após anunciar-se a aprovação do pedido de uma CPI.

A opressão, o pânico, o desrespeito são uma constante verificada contra a população ordeira daquele município. Inclusive houve recentemente a realização das chamadas "batidas ou blitz policiais" em bares, restaurantes e similares, onde em determinadas ocasiões os policiais eram acompanhados pelo Prefeito nomeado Naudé Pedro Prates, onde usou-se do desrespeito e da força, para intimidar os que ali se encontravam. O clima de desordem e baderna deve ser combatido, não instigado pela autoridade policial. Combatido dentro da lei, da ordem e do respeito. Não é a farda apenas, que deve dar ao indivíduo a condição do uso da força.

Muitos crimes dos quais se tem notícia em Santa Helena, foram considerados insolúveis, mas seus autores estão impunes. Estão a solta gozando da liberdade e se constituindo em ameaça para a sociedade.

A própria autoridade policial, pelo que fomos informados, tem conhecimento disso e nada faz. Se o faz é dentro de um regime totalmente adverso. Espancamentos dentro da Delegacia de Polícia a presos indefesos, ameaças de morte a detidos, tentativa de extorção e outras selvagerias, são atentados contra

a pessoa, e que devem ser esclarecidos com urgência, pois o povo passará a temer a polícia e nela não mais encontrará segurança e apoio.

Mais recentemente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a polícia de Santa Helena provocou tremendo tumulto no Distrito de Entre Rios em Marechal Cândido Rondon, voltando a desrespeitar e ameaçar de arma em punho, os sócios da entidade social local, quando da realização de um baile.

Foi aberto inquérito policial, já que houve a troca de tiros entre policiais e um elemento da redondeza. Até o momento, nada foi feito de concreto para que o fato fosse apurado. Talvez temendo represália por parte daqueles maus policiais. E assim a situação vai se arrastando. Os crimes vão ocorrendo e isto justamente nas consideradas áreas da Segurança Nacional. E que insegurança.

Fica assim, pois, comprovada mais uma vez, o que já denunciámos: "Segurança Nacional" significa hoje, "insegurança popular". As áreas da Segurança Nacional, com prefeitos biônicos, transformaram-se nestes longos anos, no paraíso dos corruptos, dos prepotentes, dos delinquentes desde o seu mais baixo nível aos mais sofisticados contrabandistas e pistoleiros assassinos, bem como de quadrilhas de puxadores de carros, que proliferam sob a impunidade e diante das vistas grossas das autoridades então coniventes com tais crimes.

Esperamos que essa Comissão de Parlamentares que ora integramos seja acionada e traga à tona as denúncias e devidas comprovações das irregularidades cometidas contra o povo, para que a sociedade venha a crer em tal instrumento que deve procurar a verdade e não ser formada para encobrir crimes e criminosos, omissos, submissos e desrespeitadores dos direitos do homem. Espero seja esta, mais uma oportunidade que a classe política terá, para restabelecer o seu tão desgastado prestígio junto a opinião pública, e possa resolver assim, a dignidade ao povo santahelenense tão humilhado e espezinhado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra, por dez minutos, ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao meio dia, pelos jornais da televisão, tivemos oportunidade de ouvir o Secretário da Educação e Cultura, Senhor Edson Machado, falar sobre suas preocupações e sobre as medidas que está adotando para dar solução a mais esta greve dos professores do Paraná.

E que dizia o Sr. Secretário da Educação do Governo Ney Braga? De um Secretário da Educação, neste contexto, deveríamos esperar que tratasse dos problemas da Educação, dos professores e das soluções do Governo no campo da Educação. Mas do Sr. Edson Machado ouvimos outra coisa. Chegamos a pensar que ali estava o Chefe de Polícia, aliás vocação primeira e maior dos governantes deste Estado e daqueles que administram este País desde 1964.

Disse o Sr. Edson Machado, dirigindo-se aos pais de alunos, que a grande preocupação da Secretaria da Educação é que os pais mandem seus filhos às escolas, mesmo sabendo que voltarão a casa porque seus professores estão reunidos em assembléia. Este apelo do Secretário, segundo suas próprias palavras, era pela necessidade de caracterizar a greve. Caracterizá-la legalmente para então punir os responsáveis.

Ou seja, o Secretário da Educação não tem outra solução para as reivindicações dos professores que não seja o uso da força. Sem argumentos, sem razões, sobra ao Secretário a arma da ameaça.

E vejam a ameaça. Quer o Secretário caracterizar, segundo a legislação vigente, este movimento dos professores como ilegítimo.

Mas quem está na situação de ilegitimidade, senhores?

Os professores que reclamam melhores salários, lutando pela sobrevivência. Os professores que trabalham nas condições mais degradantes impostas por um sistema educacional que é imagem e semelhança do projeto maior que se impõe ao País nos últimos anos que tem esta situação de crise. Este caso absurdo que vivemos?

Ou ilegítimo é o Secretário que ao seu posto chegou não como membro de um Governo eleito pelo povo. Ou ilegítimo é o Secretário que só encontra sua legitimidade na força, na ameaça respaldada na legislação mais ilegítima já construída neste País.

O Governo não tem soluções. A ameaça é a sua última argumentação. E quando a esse ponto chegamos, todos os que estão no Governo se transformam em chefes de polícia, porque esta é a única função capaz de governar quando o povo já não aceita os seus governantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência consulta a Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, esta Presidência consulta a Liderança do PP, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Dácio Leonel

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo):

"O assunto político volta a ser o pacote eleitoral.

Consta do pacote a criação da sublegenda para governador e não consta a data das eleições.

Tudo faz crer que o projeto do Sr. Presidente Figueiredo num passado bem próximo, não se vá adiante mais.

Quando do encaminhamento do projeto da reforma partidária, na ocasião em que foram extintos os dois partidos políticos então existentes - ARENA e MDB — disse o Presidente da República: "revoga-se, ainda, a lei da sublegenda que perdeu seu objetivo no contexto multipartidário", justificando depois a sua aplicação nas eleições municipais.

Quando um projeto de reforma eleitoral é entregue ao Presidente, pelo seu Ministro da Justiça, para ser encaminhado ao Congresso Nacional e dispõe sobre a instituição de sublegendas para a eleição de governadores, todas as dúvidas ficam dissipadas.

A sublegenda, que perdera o seu objetivo no contexto multipartidário, será recuperada porque deve ter um outro objetivo acomodar litigantes, somar grupos antagônicos, pouco importando o idealismo ou os princípios ideológicos.

Na verdade não se deseja o respeito à vontade livre do eleitor, uma vez que com a sublegenda os mais votados nem sempre são os que se elegem. E mesmo dentro de um partido, onde existem adversários ocupando sublegendas, é comum o eleitor votar num candidato e acabar elegendo exatamente o que não desejava.

Ao lado do projeto que institui a sublegenda, dois outros formam o atual pacote: o que altera a lei de inelegibilidades e o que reduz o prazo de domicílio eleitoral. Anteriormente sabia-se que o pacote estabelecia a data de 15 de novembro de 1982 para a realização das eleições.

Já não se falou em data de eleições!

Ocorre que o Governo agora está pretendendo realizar as eleições em dois turnos. É outra das tantas contradições do atual Governo. Quando da prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores, a justificativa estava na "coincidência dos mandatos" e a "diminuição das despesas numa única eleição". O mesmo Governo que prorrogou mandatos com tal argumento, deseja agora eleições separadas.

A única definição mais ou menos clara do Ministro da

Justiça é que as duas eleições ou dois turnos, devem ocorrer a partir de 15 de novembro de 1982 até 15 de fevereiro de 1983.

Continuaremos assim a viver a incerteza até que o Governo descubra o que é "menos ruim" para o seu partido".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença neste plenário, da Vereadora Raquel Sales Barbosa, do Município de Carlópolis.

A Mesa consulta a Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, ofício firmado pelo Sr. Deputado Nelson Friedrich, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará problemas do Delegado de Santa Helena.— Ao Departamento Legislativo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada nominal, 35 Srs. Deputados.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão e consequente votação.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 36/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 39/81, (Mens. Govern. n.º 43/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio e os Municípios de Medianeira e Itapejara D'Oeste, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura industrial nos referidos municípios.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 37/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 42/81, (Mens. Govern. n.º 44/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, com a Interveniência da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, objetivando a execução de obras de controle da erosão, na região Noroeste do Paraná.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 38/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 43/81, (Mens. Govern. n.º 45/81), que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o Município de Pira-

quara, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a execução de obras no referido município.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 39/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 47/81, (Mens. Govern. n.º 49/81), que aprova os convênios numerados de 28/80 a 40/80, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a interveniência da Coordenação da Região Metropolitana, com os municípios aqui nominados, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC.— Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81/80, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL DE QUADROS e outros, que revoga o Art. 3.º, da Lei n.º 7.317, de 28 de maio de 1980. (Que trata da Organização da Procuradoria Geral do Estado e adota outras providências). Parecer CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N.º 81/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica revogado o Art. 3.º, da Lei n.º 7.317, de 28 de maio de 1980.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1980.

(a) DÁCIO LEONEL

Apoiamento:

Deni Schwartz, Lineu Turra, Gilberto Agibert Filho, Gernote Kirinus, Waldyr Pugliesi, José Tavares, Nestor Baptista, Fidelcino Tolentino, Nilso Sguarezi, Edilson Alencar, Renato Bernardi, Fiori Luiz e Domício Scaramella.

JUSTIFICATIVA:

Tendo por objetivo alterar dispositivos da Lei n.º 7.074, de 02 de janeiro de 1979, esta Casa aprovou recentemente a Lei n.º 7.317.

O Art. 3.º, da nova Lei n.º 7.317 visa beneficiar os integrantes do Tribunal de Contas do Estado com vantagens que são atribuídas aos membros da Magistratura, vantagens essas previstas no Art. 111, da Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980.

Referido artigo foi aprovado por esta Casa através de emenda de Plenário.

Foi na verdade uma emenda aditiva que segundo dispõe o próprio Regimento Interno, em seu Art. 140, § 5.º, não seria admissível, considerando não ter relação direta e imediata com a matéria da proposição principal.

E ainda que não fosse o caso é exigência do Regimento Interno que emendas que criem ou aumentem despesas sejam submetidas à Comissão de Finanças.

Pretendemos com este projeto de lei reparar um erro; já que é dever deste Poder atuar em favor dos interesses do povo do Paraná e não em função de minorias de vantagens.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 81/80

PARECER

O ilustre Deputado Dácio Leonel propõe a revogação do Art. 3.º, da Lei n.º 7.317, de 28 de maio de 1980.

Na justificação, o operoso Parlamentar esclarece que o dispositivo focalizado contém regra de benefício aos inte-

grantes do Tribunal de Contas, idênticas às percebidas pelos membros da Magistratura, previstas na Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980.

Todavia, ainda segundo o autor, a razão de ser da revogação se encontra na pretensão de "reparar um erro", cometido no procedimento legislativo, ao admitir-se emenda aditiva, que viria constituir o Art. 3.º, da Lei n.º 7.317, ao arripio do Regimento Interno, precisamente do § 5.º.

Essa discussão, no entanto, está mal situada. Descabe legislar com fundamento em controvérsia de interpretação regimental, porquanto o entendimento da norma dificilmente apresenta unanimidade.

Por outro lado, abstraindo o detalhe antes enfocado, a matéria escapa ao âmbito da iniciativa do Deputado, visto tratar de vantagens funcionais. Estas, com efeito, são reservadas exclusivamente ao impulso inicial do Poder Executivo, segundo o disposto nos Arts. 25, § 1.º, 35 e 47 da Constituição do Estado.

Sendo, pois, expressamente inconstitucional o projeto, opino por sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1981.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;

AIRTON CORDEIRO, Relator.

Em votação.

O SR. DÁCIO LEONEL – Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Finalmente chega a este Plenário o Projeto de Lei n.º 81/80, de nossa autoria, com o devido apoio de ilustres Deputados da Oposição. Tivesse ele tramitado normalmente e muito possivelmente não teriam ocorrido as aposentadorias que aconteceram no meio deste ano. O presente projeto foi apresentado nesta Casa de Leis na primeira quinzena do mês de junho do ano passado, 15 dias depois do surgimento da Lei n.º 7.317, cujo artigo 3.º é a causa de tudo. Artigo 3.º que nasceu de uma emenda aditiva de Plenário, emenda essa além de inconstitucional, inadmissível na forma do nosso Regimento Interno. O Regimento Interno desta Assembléia estabelece claramente em seu artigo 140, § 5.º, que "não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta e imediata com a matéria da proposição principal".

Como consequência, referida emenda não poderia nem mesmo ser recebida.

Não bastasse esse dispositivo do Regimento Interno, que, por si só já seria o bastante para fulminar com a pretendida emenda aditiva, feriu-se também a Constituição Estadual, cujo art. 25 define a competência da iniciativa de leis dessa natureza, cuja competência é atribuída exclusivamente ao Governador do Estado.

Contudo, superadas essas duas primeiras etapas: a ofensa ao Regimento Interno da Casa e a violação da nossa Carta Constitucional, resta ainda - no campo legal - a violação à Constituição Federal, aqui já quanto ao benefício em si.

Acontece que nossa Magna Carta exige que os Estados membros respeitem as normas relativas aos funcionários públicos, estabelecendo em seu art. 103 que as exceções às regras estabelecidas quanto ao tempo de serviço, para aposentadoria, serão indicadas em lei complementar, da iniciativa exclusiva do Presidente da República. O art. 3.º, da Lei n.º 7.317, que se pretende revogar, colide com o § 3.º, do Art. 102 da Constituição Federal, porque não é permitido ao legislador estadual produzir norma concessiva de vantagem, fundado em tempo

de serviço particular, quando a Constituição Federal somente defere a contagem de tempo de serviço público prestado a outro ente de direito público e, assim mesmo, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Cumpra notar, Srs. Deputados que, por entender referida lei como profundamente inconstitucional, o Sr. Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, Rafael Iatauro solicitou do Sr. Procurador Geral da República para que apresentasse arguição de inconstitucionalidade, perante o Colendo Supremo Tribunal Federal, do art. 3.º, da Lei n.º 7.317, de 28 de maio de 1980, decretada por esta Casa e sancionada pelo Sr. Governador do Estado. Cumpra ressaltar, que o Doutor Procurador Geral da República ofereceu dita representação, convencido evidentemente da inconstitucionalidade da lei.

Todos esses motivos devem ser devidamente pesados para que possamos ter uma decisão, não política, não partidária, mas acima de tudo, uma decisão que possa enaltecer este Poder.

Se aqui nasceu o erro, voluntário ou involuntário, aqui devemos usar da oportunidade de uma reparação, ainda que, sem efeito retroativo. As aposentadorias deferidas certamente serão apagadas quando o Supremo Tribunal Federal conhecer da inconstitucionalidade argüida.

O momento não é para indagar-se a respeito da constitucionalidade deste projeto que ora é submetido ao Plenário, uma vez que quem "pode o mais, pode o menos". O momento é para lembrar que foi esta Casa quem decretou a lei sancionada pelo Sr. Governador. Lei, cujo art. 3.º viola vários artigos da Constituição Federal e com destaque para os artigos 101 e 103 da nossa Carta Magna. O primeiro estabelecendo que os funcionários do sexo masculino serão aposentados, a pedido, com 35 anos de serviço. E o artigo 103, determinando que lei complementar, da iniciativa exclusiva do Presidente da República, indicará quais as exceções às regras estabelecidas, quanto ao tempo e natureza do serviço, para aposentadoria.

É mais do que evidente que não conseguiremos aprovar o presente projeto de lei, se não houver uma consciência da importância da nossa decisão, da parte dos Srs. Deputados da Bancada do Governo. É este o apelo que fazemos. Que cada um dos Srs. Deputados vote por convicção, sabendo o que está votando, não misturando esta decisão com posições partidárias, pois podem estar seguros, a nossa decisão vai servir para futuro julgamento deste próprio Poder.

Era o encaminhamento, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Continua em votação o Projeto de Lei n.º 81/80.

O SR. JOSÉ TAVARES – (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este Deputado retorna à tribuna para manifestar, aqui, o entendimento da Bancada do PMDB, a respeito do projeto de lei ora em votação, de autoria do eminente Deputado Dácio Leonel de Quadros.

O referido projeto visa, exclusivamente corrigir um erro, corrigir uma falha, que este Poder cometeu quando da aprovação do projeto de lei de autoria do Poder Executivo que visava alterar a estrutura administrativa e funcional da Procuradoria Geral do Estado, e naquela oportunidade, uma emenda que já foi motivo de exaustivas discussões e análises nesta Casa, de autoria do Líder do PDS, Deputado Erondy Silvério, fora inserida no aludido projeto e, com o mesmo, teve a sua aprovação, por este Poder.

Quinze dias após a sua aprovação, o eminente Deputado Dácio Leonel apresentava um projeto visando corrigir o erro que esta Casa de Leis havia cometido, cujo projeto teve o apoio de todos os Srs. Deputados do meu Partido, o PMDB.

Creio que o momento é mais do que oportuno, Sr. Presi-

dente, Srs. Deputados, para que este Poder possa se redimir de uma falha, de um erro gritante que cometera quando da aprovação da emenda que gerou algumas aposentadorias a Membros do Tribunal de Contas, o que foi, inclusive, assunto de discussões por este Parlamento.

Entendemos que o Sr. Governador Ney Braga, a quem já, por inúmeras vezes, já apenas, nesta oportunidade possa ter condições de quem sabe até num trabalho de orientação, também se redimir desse erro que cometera ao sancionar uma lei com uma emenda inconstitucional.

Essa nossa afirmativa da inconstitucionalidade dessa lei tem por base, em vários aspectos, que a mesma feriu a Constituição Federal, feriu a Constituição Estadual, feriu o Regimento Interno desta Casa. Tanto é verdade que se acha no Supremo Tribunal Federal, uma representação formulada pelo Procurador Geral da República, com Relator designado, visando declarar a inconstitucionalidade da lei que gerou as aposentadorias, contando para tanto 15 anos de serviço.

Nós, do PMDB, temos posição e opinião firmada a respeito desse assunto. Reconhecemos aqui, por inúmeras vezes, e novamente aqui estamos para reconhecer, que a nossa Bancada, num cochilo, permitiu que tal emenda fosse aprovada. Mas, assim que tomamos conhecimento de tal aprovação, procuramos nos redimir de nosso erro.

Temos compromisso. Sr. Presidente Srs. Deputados, povo do Paraná

Temos compromisso. Sr. Presidente Srs. Deputados. com os mais altos interesses do Estado e pelo que as aposentadorias não estão a servir as causas mais nobres e mais elevadas do Estado do Paraná. Muito pelo contrário, no momento em que a classe do servidor público estadual passa por momentos difíceis, passa por crises sociais, passa por momentos de reivindicações salariais, haja vista o que acontece com a classe do Magistério paranaense. E mais recentemente, com a Magistratura paranaense temos que analisar essas situações e nos preocupamos com o bem-estar do povo.

Por esta razão é que nós aqui estamos em nome da nossa Bancada e em condições suficientes para corrigir este erro, para tentar fazer justiça, para realmente dizer que aqui nós estamos para defender os interesses do povo do Paraná. É de todos conhecido que, essas aposentadorias milionárias só se vem a meia-dúzia de pessoas e, evidentemente, nós não podemos, de forma alguma, consentir, permitir, avaliar que tais atos continuem na vida pública do Paraná.

Por esta razão é que nós reiteramos e apelamos à Bancada do Governo nesta Casa, para que, unida à nossa Bancada e à Bancada do PP e do PTB, possamos nos redimir deste erro que cometemos em conjunto, possamos corrigir esta falha, possamos fazer justiça, possamos evitar que outras aposentadorias com base nessa Emenda, possam ser requeridas e deferidas através do poder competente que é o Poder Executivo. E com isto tenho a certeza de que nós Deputados estaremos defendendo os mais elevados interesses do povo do Paraná, estaremos defendendo os mais elevados interesses do funcionalismo do nosso Estado, que atravessa uma situação das mais difíceis diante da corrosão salarial e diante dos minguados salários que estão a perceber nos fins de meses.

Por esta razão é que nós aqui estamos em nome da nossa Bancada, para deixar caracterizada a nossa posição favorável à aprovação do projeto de autoria do Deputado Dácio Leonel de Quadros, que visa única e exclusivamente, revogar a Emenda, o Artigo 3.º, da Lei 7.317, de 28 de maio de 1980.

E em assim agindo, nós do PMDB e em assim agindo os Deputados do PDS, nada mais estarão fazendo do que pura e simplesmente corrigir o erro, reconhecer o erro e praticar a justiça.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. ADALBERTO DAROS — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O trabalhador brasileiro durante muitos anos sofreu na carne algumas decisões dos homens que comandaram, no passado, este País. E as conquistas havidas foram com sacrifício e com luta, foram conquistas que custaram algumas vidas até, para terem o direito de um salário-mínimo, para terem o direito ao salário-família, enfim, para poderem ter um pouco de tranquilidade para ele e para a família. E o trabalhador brasileiro em geral tem, normalmente, a obrigação de labutar por 8 horas diárias, para receber no fim do mês, um salário minguado, trazendo assim, más consequências a ele e à sua família; trabalha, às vezes, de sol a sol e tem durante toda a sua vida, para ter uma minguada aposentadoria, de trabalhar quase que toda a vida útil dele, no fulgor da mocidade, já na meia-idade ou quase no fim da vida.

Trabalha, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por 30 anos, por 35 anos para, depois, poder receber uma aposentadoria ainda não condigna com a sua labuta de tantos anos.

Certa vez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando estudante, tivemos uma aula na Penitenciária Central do Estado, e o ilustre professor que nos ensinava Direito Penal, falava na sala de aula, da justiça e da lei em nosso País. E ao visitar pela primeira vez então na vida, a Penitenciária Central do Estado, procurei ver o tipo de gente que ali estava a cumprir penas e perguntei então ao nobre mestre, porque não encontrávamos na Penitenciária Central do Estado, alguém que tivesse tido uma condição financeira razoável ao cometer um delito.

O professor apenas sorriu-me e eu entendi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendi como é o nosso mundo, e principalmente como é o nosso País e o nosso Estado. Transporte agora Sr. Presidente, este exemplo que tive já há muitos anos, para o problema que se discute hoje e faço a mesma comparação entre o operário comum e o operário mais graduado no Tribunal de Contas.

Basta-se ser mais graduado para se trabalhar menos. Ou se tem dinheiro e não se visita por um certo tempo o presídio, ou se é pobre e se cumpre a pena. A lei, entendo, é feita para todos, só que às vezes, as leis são divididas. O operário ou trabalha 35 anos ou não pode ter benefício algum. Agora, o operário mais graduado já leva como se 15 anos fossem 15 minutos, como se 15 anos se passasse de hoje para amanhã.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, lembro-me do cochilo desta Assembléia, lembro-me quando de plenário foi incluído este artigo que no meu entender é uma excrescência, porque dá uma vantagem a alguns porque são mais graduados ou porque estão num Tribunal que nem sequer as suas contas são verificadas e que é órgão auxiliar deste Poder. Talvez, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pudéssemos ter um pouquinho mais de consciência e fazermos valer este Poder tão massacrado durante todos esses anos de exceção. Pergunto-me às vezes se vale a pena vir a esta tribuna, como hoje, fazer algumas comparações e pedir a esta Assembléia que retire esta barbaridade que se cometeu aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — a Mesa informa ao nobre orador que resta um minuto para o término de seu encaminhamento.

O SR. ADALBERTO DAROS — Pergunto, vale a pena?

No meu íntimo acredito que vale, porque pelo menos se deixa registrado de que meu partido, de que outros companheiros que pensam como nós, colocaram a sua opinião aqui, que ficará escrita, para que amanhã ou depois, não sei quando, possamos medir o grau de sensibilidade daqueles que por aqui passaram.

Entendo a posição daqueles que talvez digam não a esta matéria, que não queiram revogar a excrescência que coloquei.

A vida é assim mesmo, porém fico do lado de cá, com aqueles que entendo tenham um pouquinho ainda de consciência e de vontade de tentar reajustar e arrumar este desgraçado País. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em votação o Projeto de Lei n.º 81/80.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Duas são as razões que me levam a aprovar o projeto. A primeira, por uma questão de coerência acho que não poderia, de maneira alguma, votar contrário a este projeto de lei. Em exercícios anteriores, a Casa legislou numa condição específica sobre o Tribunal de Contas, num projeto que se transformou em lei. E de autoria do eminente Deputado Antônio Facci, passou a ser exigido do Tribunal de Contas que seus membros só após exercício efetivo de cinco anos, pudessem contar vantagens para efeito de aposentadoria.

Ora, quando esta matéria foi discutida nesta Casa, — e a motivação desta exigência é legal, foi exatamente para que o nosso Tribunal de Contas não se transformasse num simples estágio, digamos assim, de conseguir maiores vantagens e de lá chegarem protegidos políticos, sem trabalho algum prestado à instituição, e pudessem abocanhar vantagens para a aposentadoria.

Hoje, com a disposição legal que protege, ou que dá até a vantagem de 15 anos, data vênua, parece ter quase que neutralizado aquela medida moralizadora que a Assembléia em boa hora votou, quando passou a exigir que todos realmente cumprissem cinco anos efetivos dentro do Tribunal de Contas. Então, por uma questão de coerência fico com a primeira medida, que não foi pessoal, mas que foi impessoal, que legislou realmente no fim moralista, de dar uma condição até de respeitabilidade à Casa que trata da apuração da regularidade das contas de administração pública do Estado do Paraná.

Já no segundo caso a lei passou a proteger algumas individualidades que se encontravam dentro do Tribunal e daí a minha discordância, porque a lei sempre tem que ter um caráter impessoal, nunca de procurar proteger determinadas pessoas, discriminar nomes no meio da multidão, porque todos devem ser iguais perante a Lei.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, não posso aceitar, de maneira alguma, vejo que as autoridades responsáveis por este País argumentam de que para que a Nação saia da crise em que se encontra, há necessidade premente e grave de se cortar vantagens de dez por cento de todo o assalariado brasileiro que obtenha a sua aposentadoria. Nós, como representantes do povo, cometemos até o sacrilégio jurídico de dar proteção àqueles que, na realidade, por estarem numa posição de comando e serem a classe dominante, não têm e não haverão de ter a necessidade de sugarem os cofres da Nação, ao terem vantagens e os verdadeiros construtores da Pátria; os trabalhadores e os assalariados, os ganhadores de salário-mínimo, em função de reerguer e de sustentar e de sair a Nação de uma crise, são obrigados, porque os legisladores assim dizem de que dez por cento dos seus proventos de aposentadoria devem ser cortados. E nós aqui, como representantes do povo, ditamos uma Lei e não aceitamos uma medida que visa trazer também a contribuição aos cofres nacionais, para que encontremos a crise. Ou que saíamos desta crise em que estamos.

Por isso, Sr. Presidente, por uma questão apenas de coerência, sem invocar os outros subsídios, que podem ser aduzidos a este projeto, por uma questão de coerência, não é possível que esta matéria seja rejeitada. E o meu voto é favorável a ela.

Muito obrigado, Senhor Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em votação.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Darcy Deitos, requer após ouvido o Plenário, que o Projeto de Lei n.º 81/80, tenha a sua votação nominal.

Está em votação o requerimento. — Rejeitado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação)

4 Srs. Deputados aprovam, 20 Srs. Deputados rejeitam.

Não há “quorum” para votação e sim para prosseguimento da sessão.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170/80, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Itambaracá”, com sede e foro na cidade de Itambaracá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 170/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ITAMBARACÁ, com sede e foro na cidade de Itambaracá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1981.

a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

A entidade de que trata o presente plano de lei tem por finalidade a proteção e assistência à Maternidade e à Infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante especialmente, prestando assistência alimentar à criança, à gestante e ao lactente em estado de desnutrição e pobre, principalmente de família com prole numerosa.

Isto exposto, apresentamos o presente projeto de lei, esperando merecer o devido apoio dos ilustres Pares, e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 170/80

De autoria do nobre Deputado FUAD NACLI, o presente Projeto de Lei n.º 170/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ITAMBARACÁ”, com sede e foro na cidade de Itambaracá.

Analizando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento quer legal quer constitucional que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43/81, de autoria do

Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que autoriza o Poder Executivo doar à Colônia de Pescadores Z-12, com sede e foro em Foz do Iguaçu uma área de terra conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 43/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Colônia de Pescadores Z-12, a área de terra constituída pelos lotes números 6 (seis) e 7 (sete) da quadra 37 (trinta e sete), Zona C, do Município de Foz do Iguaçu, com a área total de 3.600,00 metros quadrados, adquirida do Município de Foz do Iguaçu, conforme transcrições de n.º 3.688 e 3.689, às fls. 248 do Livro n.º 3-D, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2.º — A área de terra, objeto da doação de que trata o artigo anterior, somente poderá ser utilizada para a construção e funcionamento da sede da referida Colônia de Pescadores, não podendo em qualquer tempo, ser transferida para terceiros ou utilizada para outros fins, sob pena de reversão da mesma, ao patrimônio do Estado, independente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1981

a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

As colônias de pescadores de nosso Estado, como as demais congêneres do Brasil, congregam uma população de baixa renda e lutam com uma série de dificuldades para suprirem suas necessidades. Os associados da Colônia de Pescadores Z-12, foram indenizados pela Itaipu Binacional com uma importância aquém da realidade, pela sua sede na localidade de Itaipu. Na época, ela já era insuficiente para comprar um terreno e agora com a desvalorização da moeda tornou-se impraticável a compra de um novo imóvel, não podendo a Colônia como se encontra, estender a assistência e apoio de seus associados. Esta Colônia congrega atualmente cerca de 450 pescadores e suas famílias, diretamente dependentes da pesca praticada de forma artesanal nas águas do Rio Paraná. O terreno indicado pela Colônia ao Governo do Estado está localizado numa área próxima a margem do Rio Paraná, facilitando em muito o trabalho dos pescadores.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 43/81

Objetiva o presente plano de lei, de autoria do eminente Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, autorizar o Poder Executivo a doar à Colônia de Pescadores Z-12 a área de terra constituída pelos lotes números seis e sete da quadra 37 (trinta e sete), Zona C, do Município de Foz do Iguaçu, com a área total de 3.600 metros quadrados.

Vê-se do exame do processo, que se trata de medida de elevado alcance social, resguardado o interesse público.

Cumpridas as formalidades legais, nada obsta à sua normal tramitação pelos canais competentes desta Casa.

Em tais condições, nosso parecer é favorável à sua APROVAÇÃO, na forma do SUBSTITUTIVO anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1981.

aa) FIDELCINO TOLENTINO — Presidente
JURANDIR MESSIAS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 43/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizar a doar à Colônia de Pescadores Z-12, a área de terra constituída pelos lotes números 6 (seis) e 7 (sete), Zona C do Município de Foz do Iguaçu, com área total de 3.600,00 metros quadrados, adquirida do Município de Foz do Iguaçu, conforme transcrições de n.ºs 3.688 e 3.689, às fls. 248 do Livro 3-D, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2.º — A área de terra, objeto da doação de que trata o artigo anterior, deverá ser utilizada para a construção e funcionamento da sede da referida Colônia de Pescadores, que deverá estar concluída no prazo máximo de 3 (três) anos, a contar da data da doação, vedada sua transferência para terceiros, ou utilização para outros fins.

Parágrafo único — O descumprimento do preceituado neste artigo importará na reversão da área ao patrimônio do Estado do Paraná, independente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 1981.

aa) FIDELCINO TOLENTINO — Presidente
JURANDIR MESSIAS — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO COTRIM, que declara de utilidade pública “Serviço de Assistência Social Evangélico - SASE”, com sede e foro no Município de Cianorte. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 57/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “Serviço de Assistência Social Evangélico - SASE”, com sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1981.

a) ANTÔNIO COTRIM

JUSTIFICATIVA:

A documentação que anexamos ao presente plano de lei demonstra que a entidade que pretendemos declarar de utilidade pública está efetivamente em funcionamento e que não distribui lucros e nem bonificações à sua diretoria e associados.

O Serviço de Assistência Social Evangélico foi constituído para prestar o bem-estar social e assistência a todos que dele necessitam, sem qualquer discriminação de credo religioso ou político, raça ou nacionalidade, e tem por objetivo promover a educação, orientação vocacional e a formação profissional dos necessitados, cooperando, desta forma, com as entidades públicas e particulares de nosso Estado.

Assim sendo, apresentamos o presente projeto de lei, esperando aos ilustres Pares o devido apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 57/81

De autoria do eminente Deputado ANTÔNIO COTRIM, visa o presente plano de lei declarar de utilidade pública o “Serviço de Assistência Social Evangélico - SASE”, com sede e foro na cidade de Cianorte.

Baixado em diligência e supridas as omissões, retorna agora o processado, merecendo APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente
WERNER WANDERER — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública o “Recanto Somos Todos Irmãos”, com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 62/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “RECANTO SOMOS TODOS IRMÃOS”, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1981.

a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de utilidade pública tem por objetivo atender em regime de creche, as crianças de até seis (06) anos de idade, preparando-as para uma vida em sociedade na orientação física, mental e moral, visando sempre o bem-estar e o futuro aos assistidos pelo Recanto Somos Todos Irmãos.

Razão porque apresentamos o presente plano de lei, esperando dos nobres Pares o devido apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 62/81

De autoria do nobre Deputado ANTÔNIO FACCI, o presente projeto de lei versa matéria relativa a declaração de utilidade pública o “Recanto Somos Todos Irmãos”, com sede em Maringá.

A documentação apresentada é suficiente para demonstrar que a entidade preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, disciplinadora da declaração de utilidade pública.

Sob o aspecto legal e constitucional a matéria merece aprovação.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

FIDELCINO TOLENTINO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 65/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a “Associação de Amigos da Vila Santa Cruz”, com sede e foro na cidade de Castro. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 65/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA VILA SANTA CRUZ”, com sede e foro na cidade de Castro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de utilidade pública é uma associação de caráter social, assistencial, educacional e recreativo, visando promover o amparo e o bem-estar da coletividade da cidade de Castro.

A documentação que anexamos ao presente plano de lei, demonstra que a Associação de Amigos da Vila Santa Cruz está na conformidade com o que dispõe a Lei que rege a declaração

de utilidade pública.

Com a apresentação deste projeto de lei, esperamos dos ilustres Pares o devido apoio e posterior aprovação nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 65/81

De autoria do nobre Deputado ERONDY SILVÉRIO, o presente Projeto de Lei n.º 65/81, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA VILA SANTA CRUZ”, com sede e foro na cidade de Castro.

Analizando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento quer legal quer constitucional que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 51/81), que dispõe sobre a extensão do pagamento da gratificação de regência, instituída pelo art. 10, da Lei n.º 7.099, de 1979, dos professores, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 69/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Farão jus à Gratificação de Regência de Classe de que trata o artigo 10 da Lei n.º 7.099, de 08 de janeiro de 1979, além dos Professores mencionados no referido dispositivo, os auxiliares de regência de classe de primeira série do primeiro grau e o pessoal do magistério em efetiva regência de classe no ensino pré-escolar.

§ 1.º — O direito à gratificação independará do Quadro ou Grupo Ocupacional a que o beneficiário pertença, bem como do cargo efetivo que ocupe.

§ 2.º — A gratificação a que se refere este artigo será devida também nas férias imediatamente posteriores ao período letivo, na proporção correspondente à soma do número de dias/aulas efetivamente ministradas, dividida pelo número de meses do período letivo.

Art. 2.º — O valor da gratificação de que trata esta lei será afixado por ato do Poder Executivo.

Art. 3.º — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações próprias, consignadas à Secretaria de Estado da Educação.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 14 de julho de 1981.

a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 69/81

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente projeto de lei tem por finalidade estender o pagamento da gratificação de regência, instituída pelo Art. 10 da Lei n.º 7.099, de 08/01/79, aos regentes de classe de ensino pré-escolar e aos auxiliares de regência de classe da primeira série do primeiro

grau, e dá outras providências.

A matéria está plenamente justificada através da Mensagem que a encaminha e no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a analisar o seu aspecto legal e constitucional, temos que a mesma não encontra qualquer óbice legal ou constitucional que possa impedir a sua normal transição deixando-se para as demais Comissões a análise do mérito.

Assim o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1981.

aa) FIDELCINO TOLENTINO — Presidente
JURANDIR MESSIAS — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 69/81

Dispõe o projeto sobre a extensão do pagamento da gratificação de regência, instituída pelo Art. 10, da Lei n.º 7.090 de 08 de janeiro de 1979, aos regentes de classe do ensino pré-escolar e aos auxiliares de regência de classe da primeira série do primeiro grau. Trata, ainda, de assegurar que tal gratificação seja paga independentemente da situação do beneficiário, no que tange à situação no Quadro próprio.

A proposta do Executivo está magnificamente justificada e suas razões convencem ao mais exigente analista.

O Art. 3.º, do Projeto, contém disposição que garante a existência de recursos financeiros para ocorrer às despesas decorrentes da aplicação da lei.

Sendo assim, e tendo em conta que a medida se reveste de alto alcance social e administrativo, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 53/81), que dispõe sobre a redistribuição dos cargos criados no Quadro Próprio do Magistério, pela Lei n.º 6.892, e dá outras providências que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 70/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A

Art. 1.º — O Poder Executivo poderá, sob proposta da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, proceder à redistribuição dos cargos criados pela Lei n.º 6.892, de 20 de julho de 1977, nas diversas séries de classe dos níveis de atuação do Quadro Próprio do Magistério, Grupos Ocupacionais MPP-100 e MPE-200, instituídos pela Lei Complementar n.º 07/76, de 22 de dezembro de 1976.

Parágrafo único — Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a transferir, de acordo com as necessidades da Administração, cargos integrantes de um Grupo Ocupacional para o outro, dos que compõe o Quadro Próprio do Magistério, alterando-lhes a denominação, de conformidade com o Grupo Ocupacional para o qual forem deslocados e respectivo nível de atuação.

Art. 2.º — As providências de que trata esta lei serão processadas mediante decreto e desde que não impliquem em aumento de despesa.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 14 de setembro de 1981.

a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 70/81

A Mensagem Governamental, encaminhada a este Poder Legislativo, por imperativo constitucional, dispõe sobre a redistribuição dos cargos criados pela Lei n.º 6892, de 20 de julho de 1977, nas diversas Séries de Classes dos níveis de atuação do Quadro Próprio do Magistério, Grupos Ocupacionais MPP-100 e MPE-200, instituídos pela Lei Complementar n.º 07/76, de 22 de setembro de 1976.

A Mensagem esclarece ainda, que na Sistemática atual, os cargos se acham distribuídos não apenas por classes funcionais e níveis de vencimentos, mas também conforme os diversos níveis de atuação e grupos ocupacionais que compõem o Quadro Próprio do Magistério. A fixação do número de cargos segundo essas várias categorias tem sido obstáculo para que se proceda, de um lado a concessão do benefício das promoções automáticas por avanço vertical e, por outro lado, a admissão de novos professores segundo os níveis de atuação mais necessários do desempenho eficiente do sistema estadual de ensino. Evidencia, também, a medida cautelar de que as eventuais transformações de cargos estabelecidas por Decreto não poderão implicar aumento de despesa global admitida pela atual distribuição.

Proposta dessa natureza encontra-se prevista na Constituição Estadual, que defere ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa das Leis que disciplinam o regime jurídico, forma e condições de provimento de cargos do servidor público.

Face ao exposto, nosso parecer é favorável pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 1981.

aa) FIDELCINO TOLENTINO — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 70/81

O projeto oriundo do Poder Executivo, visa autorizar a redistribuição dos cargos criados pela Lei n.º 6892, de 20 de julho de 1977, mediante decreto e dá outras providências.

A medida visa dar a necessária flexibilidade à administração do setor educacional, no sentido de adaptar os referidos cargos às necessidades da dinâmica escolar.

Tal remanejamento está condicionado à inexistência de ônus para o erário, segundo dispõe o Art. 3.º do Projeto.

Assim, não há sobre o que esta Comissão opinar. No entanto, para não embaraçar o procedimento legislativo, nada impede que se ofereça um parecer favorável.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 1981.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 71/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 53/81), que dispõe do enquadramento dos professores de que tratam os artigos 118, 119, 121 e 123, da Lei Complementar n.º 7, de 1976, no Quadro Próprio do Magistério. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 71/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A

Art. 1.º — Os professores de que tratam os artigos 118, 119, 121 e 123, da Lei Complementar n.º 07/76, de 22 de dezembro de 1976, serão enquadrados nas classes e níveis do Quadro Próprio do Magistério, especificados nos aludidos artigos, passando a integrar o Grupo Ocupacional MPP-100, nas Classes e Níveis de Vencimentos definidos nos referidos artigos, ficando

do, em consequência, extintos os respectivos cargos.

Parágrafo único — A Secretaria de Estado de Recursos Humanos, sob proposta da Secretaria de Estado da Educação, expedirá os competentes atos de enquadramento.

Art. 2.º — Os enquadramentos previstos nesta lei só produzirão efeitos a partir da data da publicação no Diário Oficial do Estado, dos atos a que alude o Parágrafo Único do artigo anterior.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 14 de julho de 1981.

a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 71/81

Através da Mensagem n.º 53/81, de 03 de julho de 1981, o Poder Executivo propõe o enquadramento nas classes e níveis do Quadro Próprio do Magistério, especificamente no Grupo Ocupacional MPP-100, dos professores abrangidos pelos artigos 118, 119, 121 e 123, da Lei Complementar n.º 7, de 22 de dezembro de 1976.

Com efeito, esclarece a Mensagem, a Lei deixou dúvidas quanto a real situação de tais mestres, em termos de enquadramento, por isso que se faz necessária a presente definição legal.

A matéria é daquelas reservadas à iniciativa exclusiva do Poder Executivo (§ 1.º, do Art. 25, 35 e 47, da Constituição Estadual) e se apresenta na forma regimental.

Por essa razão, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

GABRIEL SAMPAIO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 71/81

Dispõe o projeto em exame sobre o enquadramento dos professores de que tratam os artigos 118, 119, 121 e 123, da Lei Complementar n.º 07, de 1976, nas classes e níveis do Quadro Próprio do Magistério.

Ocorre, segundo a Mensagem que originou o projeto, que persistem algumas dúvidas quanto a real situação de alguns professores, no tocante ao respectivo enquadramento, com prejuízos financeiros aos interessados. Corrigir essas distorções, eis o objetivo final da proposição.

O ângulo financeiro da matéria já foi abordado nesta Comissão durante o trâmite da lei que ora se pretende esclarecer. Além disso, como se trata de definição de uma situação prevista, mas não alcançada por obscuridade do texto, é permitida a presunção de que há recursos orçamentários previstos para tal fim.

Nestas condições, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 1981.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Ação Social de Jundiá do Sul, externando pesar pelo falecimento do pároco Padre Luciano Maria Usai. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Major Hilton Carlos Correia, pertencente a tradicional família castrense. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo faleci-

mento do Capitão Ataíde Correa Bueno, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fiori Luiz e José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo o início das obras de pavimentação, ligando o Distrito de Tamarana à rodovia Londrina-Mauá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações sobre as escolas de primeiro grau da rede estadual de Cambé. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de conceder um auxílio de cinco milhões de cruzeiros ao Hospital de Caridade de Palmeira. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando seja convocado o Senhor Secretário da Educação, para comparecer à Comissão de Instrução Pública, desta Casa, no próximo dia 22 do corrente, às 17:00 horas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados José Tavares e Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações sobre a construção de escolas de primeiro grau nos conjuntos Panissa e Ernani Moura Lima e outros no Município de Londrina. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A., encarecendo a instalação de uma agência do referido estabelecimento bancário, na cidade de Iretama. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela inauguração da sede própria da Associação Comercial de Pato Branco. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Educação, para esclarecer assuntos relacionados com a situação do magistério paranaense. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romerc Filho, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando seja oficiado a SANEPAR, encarecendo providências visando reparos da rede de esgotos na cidade de Umuarama. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente da República, Ministros da Justiça e do Interior e demais autoridades, encarecendo a exclusão dos Municípios paranaenses inclusive Curitiba, Guaíra e Foz do Iguaçu de área considerada de interesse de Segurança Nacional, pondo-se fim ao injusto anti-democrático critério de nomeação de prefeitos quase sempre estranhos ao município aonde deverão servir. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 81/80, 170/80, 43/81, 57/81, 62/81, 65/81, 69/81, 70/81 e 71/81.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 38/81, 52/81 e de Resolução n.º 64/80.

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 36/81, 37/81, 38/81 e 39/81.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 95/79 e 70/80.

Levanta-se a sessão.

ATA DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA — 9.^a LEGISLATURA

TERMO DE ATA N.º 05

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, às dezessete horas, na Sala de Reuniões das Comissões, compareceram os Senhores Deputados: Airton Cordeiro, Jurandir Messias, José Domingos, Lineu Turra, Renato Bernardi e Waldyr Pugliesi, especialmente convocados, conforme ofícios expedidos aos Senhores Relatores, para

realizaram a 2.^a Reunião Extraordinária desta Comissão. Não havendo número legal, o Senhor Presidente, Deputado Airton Cordeiro, não abriu a reunião, nada podendo ser apreciado. O Senhor Presidente determinou fosse lavrado o presente Termo de Ata, e que fosse comunicado aos Senhores Deputados Membros da Comissão, que amanhã, quarta-feira, haverá reunião ordinária da Comissão, de acordo com o que foi decidido em reunião de instalação da Comissão. Lavrei o presente Termo de Ata que após lido e aprovado será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes à próxima reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO

Presidente

Rita Soares Bertoli

Secretária